

37.014.53

L131c

Ex1

BIBLIOTECA
UNEMAT
Campus Universitário do P. Iguaçu-MT
RG N.º 00114614
Data 05 / 08 / 2007
() Compra (X) Doação () Permuta

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT

Ailton Silva de Lacerda

A construção da identidade negra no espaço escolar

37
L131c
ex.01

Pontes e Lacerda

2006

Ailton Silva de Lacerda

A construção da identidade negra no espaço escolar

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Letras apresentado à UNEMAT, Campus Universitário de Pontes e Lacerda MT, como parte dos requisitos para a obtenção do título de graduação em Licenciatura Plena em Letras.

Orientador (a): Prof. Msc Teresa de Pazos da Silva

Pontes e Lacerda

2006

Esta monografia foi apresentada e defendida perante a seguinte banca examinadora:

Profª Cleonice Maria Andrade

Profª Raquel Alves Rabelo

Profª Msc Teresa de Pazos da Silva

Ponte e Lacerda

2006

DEDICATÓRIA

Ao Deus de infinita misericórdia, que me possibilitou o ingresso nesta instituição de ensino. A minha esposa, por sua compreensão e paciência nos momentos difíceis e pela segurança que me passou nos momentos de dúvidas. As minhas filhas, razão de minha vida, por seu amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Muitas foram às experiências vividas nestes quatro anos de curso na UNEMAT. Durante este tempo convivi e fiz amizade com muitas pessoas, algumas delas ainda fazem parte de meu círculo de amizades, outras foram embora da cidade e não tive mais contato, mas isso não importa, o que importa é que estas pessoas ajudaram-me a crescer e a adquirir maturidade acadêmica, a elas meu muito obrigado e que Deus direcione seus caminhos.

Agradeço de forma especial ao meu amigo Ismar Queiroz, que acreditou em meu potencial, quando ninguém acreditava.

Aos professores da UNEMAT, que contribuíram, mediando o processo de aprendizagem. Em especial à professora Teresa Pazos da Silva minha orientadora. Por tudo que ela é não apenas como professora, mas também como ser humano, por sua paciência. Que Deus os abençoe e distribua sua graça a todos.

A instituição UNEMAT, que me possibilitou, a realização de um sonho: concluir um curso superior.

Obrigado

Ailton

As pessoas e os grupos sociais têm o direito de ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.

Boaventura Souza Santos

RESUMO

O presente trabalho nasceu do inquietante desejo de compreender como se dão os processos envolvidos na construção das identidades, no espaço escolar, em especial a identidade negra, de forma a possibilitar um melhor entendimento das particularidades desta cultura, que é uma das principais envolvidas no processo de hibridização cultural em nosso país.

No primeiro capítulo, fazemos uma breve reflexão a respeito dos avanços mais recentes com relação às discussões pertinentes ao ensino na diversidade no Brasil.

No segundo capítulo, abordamos os problemas e as dificuldades de uma educação pautada na diversidade cultural.

No terceiro capítulo, procuramos apresentar uma definição de identidade a partir da diferença.

No quarto capítulo, promovemos um diálogo sobre o multiculturalismo no Brasil, a partir das tensões que permeiam as discussões a este respeito.

No quinto e último capítulo, fazemos uma reflexão a respeito dos processos envolvidos na construção da identidade negra no espaço escolar.

SUMÁRIO

RESUMO	07
INTRODUÇÃO	08
I - OS AVANÇOS NA DISCUSSÃO DO ENSINO NA DIVERSIDADE	11
II - EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL	14
III - O QUE É IDENTIDADE? UMA BREVE DEFINIÇÃO	18
IV - DIVERSIDADE E IDENTIDADE	23
V - A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO ESPAÇO ESCOLAR	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34

INTRODUÇÃO

Vivemos um período histórico-social em que a consciência de que o mundo passa por transformações é cada dia mais forte. Esta nova realidade provoca nas pessoas e nos grupos sociais sentimentos e desejos contraditórios como insegurança, medo, novidade e esperança.

Nesse sentido, podemos afirmar que a questão multicultural nos últimos anos vem adquirindo cada vez mais abrangência, visibilidade e conflitividade. Isso tem preocupado a sociedade de forma geral e por isso mesmo os debates são intensos.

No caso do Brasil, a questão apresenta uma problemática própria, pois se trata de um país construído com uma base multicultural muito forte. Assim, as relações interétnicas são uma constante ao longo de toda sua história. História esta marcada pela dor e pela tragédia, especialmente no que diz respeito às culturas afro-descendentes.

Neste processo de transformação social por que vem passando a América Latina, em especial o Brasil, os mais afetados são os “outros”, os “diferentes” os que não têm acesso aos códigos da cultura dominante, aqueles que pertencem a etnias historicamente subjugadas e silenciadas, que ousam questionar os estereótipos de gênero ou classe social, aqueles que lutam diariamente por direitos básicos como o direito à sobrevivência e à dignidade humana.

Neste contexto histórico-social, as novas formas de ver a cultura, apresenta-se com características um tanto diferentes das tradicionais, uma vez que as diferentes manifestações culturais são compostas de uma grande diversidade sócio-cultural, o que acaba facilitando o trânsito entre os diversos sentidos dos grupos humanos, de forma a possibilitar que as pessoas possam realizar recortes de crenças e culturas, a fim de criar e recriar a sua própria identidade, e, como resultado, os limites entre uma e outra cultura se tornam mais fluidos.

Dessa forma, entender o que é identidade e quais fatores interferem na sua formação é de suma importância, pois a partir deste, podemos analisar tanto o contexto socio-histórico e cultural contemporâneo quanto seus desdobramentos na vida humana através da dinâmica e da diversidade cultural existente entre as diversas sociedades. Em especial, desejamos compreender o processo de formação da identidade negra, como ela se processa no espaço escolar e quais as contribuições da escola neste processo.

O presente trabalho, está estruturado em cinco capítulos apresentados na seguinte ordem; no capítulo primeiro intitulado “Os avanços na discussão do ensino na diversidade”, fazemos uma breve reflexão a respeito dos avanços mais recentes com relação às discussões pertinentes ao ensino na diversidade no Brasil. Nele abordamos as propostas de criação de lei que acabam por contribuir para uma educação mais justa e igualitária no país.

No segundo capítulo, intitulado “Educação e diversidade cultural”, abordamos a questão da educação na diversidade cultural, de forma a possibilitar uma melhor compreensão do que vem a ser cultura, bem como, de qual o papel da educação frente à diversidade cultural existente no Brasil.

No terceiro capítulo, intitulado “O que é identidade? Uma breve definição”, procuramos definir identidade de forma a possibilitar a discussão dos processos envolvidos na formação das identidades, e ainda as relações entre a identidade e a pessoa, a fim de compreender as identidades a partir de sua construção simbólica.

No quarto capítulo, intitulado “Diversidade e identidade”, promovemos uma discussão a respeito do multiculturalismo no Brasil. Neste capítulo abordamos dificuldades históricas enfrentadas pelos professores ao lidar com a questão do preconceito e da discriminação racial, e ainda, as tensões que permeiam as discussões a este respeito.

No quinto e último capítulo, intitulado “A construção da identidade negra no espaço escolar”, fazemos uma reflexão dos processos envolvidos na formação da identidade negra, e isso, considerando a escola como importante espaço de construção desta identidade.

Neste capítulo, discutimos questões como: preconceito racial, falta de preparo por parte dos professores para lidar com esta temática e ainda, as propostas para se criar uma educação verdadeiramente multicultural.

CAPÍTULO I

OS AVANÇOS NA DISCUSSÃO DO ENSINO NA DIVERSIDADE

Vivemos em um mundo globalizado, o que entre outras coisas, implica dizer que, vivemos em um mundo sem fronteiras onde nada mais é fixo, tudo se torna transitório e passageiro, mesmo as identidades. Entretanto para Hall (2002) “na história moderna, as culturas nacionais têm dominado a ‘modernidade’ e as identidades nacionais tendem a se sobrepor a outras fontes, mais particularistas, de identificação cultural” (p. 67). Sobre a contemporaneidade o que podemos afirmar é que as identidades, no contexto histórico atual, estão sendo desintegradas, ou seja, estão abrindo espaço a outras manifestações culturais mais particulares.

Neste sentido, a lei 10.639, de 2003, que ratifica a posição da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, aprovada na constituição federal de 1988, que determina que “o ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e européia” (art. 26, § 4º). Contribui, de forma significativa, para a discussão deste tema, pois possibilita a ruptura no modelo tradicional de ensino e a construção de uma educação multicultural na escola brasileira.

Da mesma forma, o Ministério da Educação (MEC), em cumprimento ao dispositivo constitucional assente no art. 210 da constituição federal mostrou-se sensível à necessidade de uma mudança curricular diante da emergência de temas sociais relevantes para a compreensão da sociedade contemporânea e elaborou para o ensino fundamental os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN).

A inovação desta nova proposta é a exigência da inclusão de temas transversais que deverão perpassar as diferentes disciplinas curriculares (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes) a fim de permitir a interdisciplinaridade no ensino fundamental.

Ao abordar a questão da interdisciplinaridade Lück (1995), afirma que:

A interdisciplinaridade, no campo da ciência, corresponde à necessidade de superar a visão fragmentadora de produção do conhecimento, como também de articular e produzir coerência entre os múltiplos fragmentos que estão postos no acervo de conhecimentos da humanidade. Trata-se de um esforço no sentido de promover a elaboração de síntese que desenvolva a continua

recomposição da unidade entre as múltiplas representações da realidade. (p 59).

A interdisciplinaridade no sentido ora mencionado é uma tentativa de se estabelecer a unidade na diversidade, através de uma visão em conjunto que permita ao homem atribuir sentidos aos conhecimentos dissociados e até mesmo antagônicos, de modo a reencontrar a identidade do saber na multiplicidade de conhecimento.

Assim, interdisciplinaridade neste trabalho, deve ser entendida como um processo que leva em consideração a cultura vigente e a sua transformação, como condição fundamental para que promova os princípios de igualdade, e dê importância a estes como orientadores da prática e não como parte de um corpo conceitual que se deve integrar logicamente.

Para se chegar a uma proposta viável foram consultadas secretarias de educação de estados e municípios e ainda especialistas de diversas áreas do conhecimento, a fim de que esta, se tornasse referência nacional.

Uma vez reconhecida a necessidade de uma educação multicultural, criou-se, no âmbito dos PCN, os temas transversais que permearão as diferentes disciplinas curriculares, visando a prática do estudo da diversidade cultural. Nesta proposta a diversidade cultural diz respeito ao reconhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, o que possibilita ao aluno as condições mínimas de igualdade¹, de não se sentir inferiorizado por causa da cor de sua pele ou por suas tradições culturais², e desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem, ou ainda de perceber o quanto as relações sociais são discriminatórias e excludentes, uma vez que possibilita ao aluno reconhecer o Brasil como um país complexo e cheio de paradoxos.

Devo aqui frisar, que um dos objetivos gerais do documento proposto pelo MEC é que o ensino fundamental reconheça e valorize a diversidade do patrimônio sócio-cultural do país, bem como aspectos sócio-culturais de pessoas de outros países, devendo tanto alunos quanto professores posicionar-se contra qualquer forma de discriminação, seja ela, baseada em diferenças culturais, de classe social, de sexo, de etnia ou qualquer outra característica, individual ou social.

É importante frisar que houve inúmeros fatores os quais contribuíram com os avanços na busca por uma educação igualitária no país, entre eles, devemos dar destaque à proposta de lei que foi apresentada na gestão do então presidente da república Fernando Henrique Cardoso.

¹ Igualdade aqui deve ser visto no sentido de ser igual aos demais alunos.

² Já aqui, estamos falando de igualdade no sentido de oportunidades, e de qualidade de ensino, sem que os alunos se sintam inferiores por qualquer que seja o motivo.

Na ocasião, foi elaborada uma proposta de lei pelo ministério da justiça a qual previa uma série de ações voltadas às populações negras do Brasil. Dentre elas destacamos o estímulo à “elaboração de livros didáticos que enfatizem a história e as lutas do povo negro na construção do nosso país, eliminando estereótipos e discriminações” (Brasil, 1996, p. 31).

Em 2003, já na gestão do presidente Lula, foi sancionada a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), de forma a incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. A referida lei propõe uma alteração no currículo escolar da educação básica tornando obrigatória a inclusão de estudos da história da África e dos africanos, bem como a luta e a cultura dos povos negros no Brasil, e ainda a contribuição dos mesmos na formação de nossa sociedade, (art 26-A § 1º).

A lei determina ainda que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira, por serem uma temática interdisciplinar, sejam trabalhados no contexto de todo o currículo escolar especialmente nas disciplinas de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

Não podemos negar a importância desta lei e o avanço que ela representa na educação brasileira, uma vez que possibilita a construção de uma educação definitivamente multicultural, e por isso mesmo crítica, e que ao mesmo tempo reconhece a luta histórica do movimento negro em nosso país. No entanto, não devemos pensar que tudo já foi feito ao contrário há ainda, inúmeros desafios a serem enfrentados e o primeiro deles (talvez o maior) é não permitir que esta lei se torne, como inúmeras outras, que jamais saíram do papel ou mesmo foram esquecidas e jamais atingiram a legitimidade social.

Um outro desafio a ser enfrentado é com relação a qualificação profissional dos professores, visto que, na maioria das vezes não se encontram preparados para trabalhar com as novas temáticas. Neste sentido, há já um esforço concentrado por parte dos órgãos ligados à área de promoção da igualdade racial, para oferecer parceria com instâncias educacionais, a fim de oferecer cursos de extensão sobre a história da África e de cultura afro-brasileira, bem como a publicação de material didático-pedagógico que possa dar suporte técnico à atuação desses docentes no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Com estas ações espera-se que a escola assuma de vez o seu papel social de valorização e difusão da diversidade cultural, bem como da pluralidade de nossa formação étnica.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL

Inúmeros antropólogos, historiadores e cientistas sociais procuraram definir e compreender a “cultura brasileira” em suas múltiplas dimensões. Todos, apesar de suas diferentes posições político-ideológicas, chegaram a mesma conclusão e concordam em pelo menos um fator, que a característica principal de nossa cultura é a riqueza de sua diversidade, formada principalmente como resultado do processo histórico envolvido na formação do povo brasileiro.

Se levarmos este fato em consideração veremos que ao invés de falarmos em uma “cultura brasileira”, o correto seria falarmos em “culturas brasileiras”, dada a pluralidade étnica que contribuiu para a formação do caráter nacional.

Devo frisar que ao falarmos em caráter nacional, devemos ter em mente os processos históricos envolvidos na formação do povo brasileiro, uma vez que estes fatos, nos permitem elucidar a origem da riqueza e da diversidade cultural encontrada no Brasil.

Na obra, “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”, (RIBEIRO, 1995) a autora sugere que o povo brasileiro gerou-se a partir do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios e negros africanos.

É inegável a influência marcante da cultura de origem portuguesa e, portanto, européia, imposta pela força da colonização, em nosso país, porém, não podemos negar também que esta cultura tida como dominante, jamais conseguiu apagar os traços culturais das nações indígenas e africanas, muito pelo contrário, o próprio colonizador europeu ao tentar impor sua cultura sofreu a influência da riqueza e pluralidade cultural dos povos subjugados, tanto indígenas como negros de origem africana.

Devemos lembrar, que ao longo de nossa história, a negação do “outro” sempre esteve presente, seja por meio da colonização, da escravidão ou do autoritarismo. A nosso ver isso contribuiu para a criação do sentimento de inferioridade não apenas do negro brasileiro mas também de todos aqueles que vivem a margem desta sociedade.

Neste sentido, a ideologia da degenerescência do mestiço bem como o ideal de branqueamento e o mito da democracia racial foram os mecanismos de dominação ideológica mais poderosos já produzidos no mundo, e ainda hoje continuam a permear o imaginário social, o que acaba dificultando a ascensão social destes povos.

Apesar do fato incontestável de que somos uma nação multirracial de uma incrível diversidade cultural, a escola brasileira parece não ter aprendido ainda a conviver com essa realidade e por isso mesmo não sabe trabalhar com as crianças e jovens oriundos de estratos sociais mais pobres, constituídos, na sua imensa maioria por crianças negras e mestiças. Se observarmos os bolsões de miséria (as favelas) de nosso país, principalmente no que diz respeito aos grandes centros, poderemos perceber, que a grande maioria das pessoas são de origem negra e de nordestinos, em geral, pessoas com pouca ou nenhuma formação escolar, e que pertencem a uma cultura que não se enquadra na cultura tida como padrão. Devo mencionar ainda que ao se auto afirmar mestiça a pessoa está na verdade negando sua raça, pois não existe a raça mestiça.

Para agravar ainda mais esta situação tanto os currículos das instituições educacionais quanto os livros didáticos brasileiros, mostram claramente uma preferência pela cultura dita "civilizada", nem é preciso mencionar que esta não é a cultura destes povos, pelo contrario é uma cultura de matriz européia, que não respeita a diversidade do povo brasileiro.

Os livros didáticos, quase que de modo geral, estão permeados por uma concepção histórica, de inferioridade das culturas de origem africana e indígena, sobretudo nos livros de história do Brasil que primam pelos relatos dos grandes feitos dos chamados "heróis nacionais", quase sempre brancos, o que desconsidera a participação de outros povos no processo histórico de formação desta nação. Apesar das profundas mudanças por que vem passando a educação no Brasil, estamos longe ainda de chegar a uma igualdade étnico-social, pois, grande parte do conteúdo programático das disciplinas na escola fundamental, ainda tem primado pela visão monocultural evidenciada no passado histórico de nosso país.

Nestes livros, a história do Brasil é confundida com a história da colonização, o tempo começa a ser contado a partir da chegada dos portugueses, isso é como dizer que até a chegada desses, esta terra se encontrava vazia, é como afirmar que eles forram os primeiros a pisar em solo brasileiro. Dessa forma, as tribos indígenas que estavam aqui muito antes da chegada dos primeiros colonizadores simplesmente são ignoradas. Nestes livros são exaltados os "grandes feitos" dos colonizadores, é evidenciado também a forma "heróica" como eles desbravaram o território nacional.

Por outro lado não podemos deixar de mencionar que ao mesmo tempo em que eles exaltam a cultura de origem Européia, ocultam o genocídio praticado por estes mesmos "heróis", contra as populações indígenas que no Brasil de então, eram extremamente numerosos, com mais de cinco milhões de indivíduos, e hoje, mesmo com a proteção de

órgãos federais como a FUNAI, que tem auxiliado na preservação das tribos e dos direitos indígenas estes povos não passam de trezentos e cinquenta mil.

Nestes livros, os africanos que foram trazidos à força para o Brasil e vendidos nas praças como escravos, são vistos como mercadoria, propriedade dos senhores de engenho, sua participação na construção da história e da cultura é negada sistematicamente, embora, tenham sido a mão-de-obra predominante na produção da riqueza nacional. Nossa afirmação parte do princípio que a maior parte da riqueza nacional fora sido produzida nas grandes fazendas de cana de açúcar, café e também na extração de ouro nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso.

Outro fato marcante nestes livros, é que quando se trata de abordar a cultura destes povos, ela é vista de forma folclorizada pitoresca e, portanto, desprezada como mero legado sem valor deixado por índios e negros. Por outro lado, dá-se à cultura de origem européia a condição de “cultura superior”, e, portanto, “civilizada”.

A nosso ver, os currículos e manuais didáticos que silenciam ou omitem a condição de sujeito histórico das populações negras e indígenas, contribuem para a elevação dos índices de evasão e repetência escolar, isso porque, parte das crianças provenientes das camadas sociais mais pobres, acaba saindo antes de completar o ensino fundamental, em parte, porque não conseguem adaptar-se em uma escola moldada nos padrões de cultura européia, na qual os saberes populares, oriundos de suas famílias é negado e visto como inferior.

É neste contexto que se insere a questão da valorização da diversidade étnico-cultural de nossa formação no sistema educacional brasileiro Para tanto, consideramos de fundamental importância a inclusão no ensino de temas que abordem a questão da diversidade cultural no currículo da educação básica das escolas, pois consideramos que a escola tem papel central no combate ao preconceito e à discriminação.

Defendo a idéia de que é somente a partir do conhecimento de quem somos, bem como de nossas origens, é que poderemos compreender melhor a diversidade cultural de nosso país e dessa forma contribuir para se desfazer os preconceitos e estereótipos ligados ao segmento afro-brasileiro, além de contribuir para o resgate da auto-estima de milhares de crianças e jovens que se vêem marginalizados, não apenas pela sociedade, mas também por uma escola que apresenta preferência pela cultura de origem Européia e que, portanto, nega a pluralidade étnico-cultural de nossa formação.

Como vimos, historicamente a escola tem transmitido aos alunos, valores e estereótipos de origem européia, assim, para os alunos, bonito, é o garoto ou garota, loira de olhos verdes e cabelo liso, o negro de cabelo enrolado é seu oposto, ou seja, é o “feio”, isso faz com que as

crianças negras sintam-se inferiorizadas e se distanciem das demais com medo de serem vítimas do preconceito dos colegas, preconceito este que se manifesta geralmente por meio de chacotas.

Dessa forma, entender a identidade negra, bem como quais fatores interferem na sua formação é de suma importância, pois a partir desta compreensão, podemos analisar tanto o contexto socio-histórico e cultural contemporâneo quanto seus desdobramentos na vida humana, considerando para tanto a dinâmica e a diversidade cultural existente.

CAPÍTULO III

O QUE É IDENTIDADE? UMA BREVE DEFINIÇÃO

Identidade em uma abordagem antropológica nada mais é do que a construção que se faz, no que diz respeito às concepções de vida, com atributos culturais, isto é, ela é caracterizada pelo conjunto de elementos culturais que o indivíduo adquire a partir de sua herança cultural. Neste sentido, podemos dizer que a identidade confere diferenças aos grupos humanos, e se evidencia a partir da consciência da existência da diferença e do contraste com o outro.

Para Silva (2005), “identidade é simplesmente aquilo que se é”. Por esse prisma, em um primeiro momento parece ser muito simples definir identidade, ela é aquilo que se é, a identidade assim concebida parece ser uma característica autônoma, que só tem como referência a si própria, ou seja, é auto-suficiente. No entanto, esta afirmação não é algo tão simples de se compreender, pois existem inúmeros outros elementos que, a princípio, passam despercebidos.

Quando alguém diz “sou brasileiro”, por exemplo, está afirmando positivamente sua identidade aquilo que ele é, acontece, no entanto, que ele só precisa fazer esta afirmação porque existem outras pessoas que não se enquadram nesta definição. Assim, nesta simples afirmação, está envolvido todo um processo de negação de possíveis identidades, esta pessoa é brasileira, mas poderia não ser, daí a necessidade de afirmar a identidade.

Woodward (2005) em seu artigo intitulado “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”, ao discutir a questão das identidades afirma que para existir, as identidades dependem de algo fora delas, ou seja, de outra identidade, pois para ela a identidade se distingue por aquilo que ela não é, ou seja, o indivíduo é aquilo que o outro não é, ele é brasileiro, portanto, não é japonês. Desta forma, as identidades operam pela diferença. Contudo esta marca da diferença não deixa de ter seus problemas, pois, envolve a negação de similaridades entre grupos étnicos e culturais, que julgam as identidades como entidades fixas estáveis e imutáveis.

Esta perspectiva não contempla a possibilidade de trânsito entre as diferentes identidades, justamente ao contrário do que propõe Silva (2005). Para ele “A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tão pouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental”. Está continuamente passando por um processo de “construção”, um processo de “produção” sendo, portanto, instável, contraditória,

fragmentada, inconsistente, e inacabada. O que por sua vez, possibilitaria o hibridismo cultural e a formação de novas identidades.

Para Woodward (2005) “a diferença é sustentada pela exclusão” portanto, quando dizemos que um indivíduo é brasileiro, estamos afirmando que ele é brasileiro em função de não ser japonês, ele pertence a um grupo de pessoas que nasceram no continente Sul-americano e na nação denominada por Brasil, e que, por isso mesmo, tem uma série de costumes relacionados a sua forma de vida. Já o “outro”, nasceu no continente Asiático na ilha denominada Japão, o que o diferencia com relação ao brasileiro, visto que seus costumes não são idênticos aos do brasileiro, e isso exclui qualquer possibilidade deste ser também brasileiro. Portanto, se sou brasileiro o sou porque não sou japonês.

Para Silva (2005), a identidade e a diferença estão em uma estreita relação de dependência, a forma afirmativa como expressamos a identidade tende a esconder esta relação dando a impressão de que estamos fazendo referência a uma identidade que se esgota em si mesma, no entanto, só é necessário que se afirme uma identidade, porque existem outros indivíduos que não pertencem a este grupo.

No caso do exemplo citado acima, quando o indivíduo está afirmando “sou brasileiro”, ele não está apenas afirmando sua identidade nacional, ele está ao mesmo tempo negando outras possibilidades de nacionalidade, desta forma esta afirmação é na verdade, parte de uma extensa cadeia de negação. Assim, para o autor, da mesma forma como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade, há uma estreita relação de dependência entre ambas. Nesta perspectiva, a identidade é a referência é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença, sendo assim identidade e diferença são inseparáveis.

Uma outra questão abordada por Woodward e que consideramos de suma importância na discussão da problemática das identidades é a forma como as identidades são marcadas. Para ela as identidades são marcadas por meio de símbolos, o que possibilita que os sujeitos sejam distinguidos por meio de ações que praticam ou por meio de algo característico que o diferencie dos demais, no caso do exemplo citado acima, podemos dizer que o brasileiro se diferencia de outros grupos étnicos por um conjunto de saberes denominados de cultura. Desta forma, podemos eleger um traço da cultura brasileira como característica da identidade nacional, por exemplo, a receptividade do povo brasileiro é uma marca cultural da identidade nacional, e que inclusive é reconhecida internacionalmente, e que por isso mesmo o diferencia dos demais grupos culturais.

Isso, no entanto, não impede que outros povos também sejam receptivos, sem que isso implique no fato de esta pessoa ter uma identidade diferente da brasileira. O que nos leva a um questionamento: como entender as similaridades existentes entre as diversas identidades? Da mesma forma que o exemplo do japonês, aqui denominado de o “outro”, o conjunto de todos os saberes adquiridos ao longo de sua vida é diferente do conjunto cultural do indivíduo brasileiro, por isso mesmo, este conjunto o destaca, o diferencia, em relação ao brasileiro. No entanto se pensarmos em uma característica típica da nação japonesa que o distancie das demais culturas (neste caso da brasileira), podemos citar, por exemplo, o seu apego as tradições, esta então será uma marca registrada da identidade nacional japonesa, contudo não podemos afirmar que apenas os japoneses são apegados às tradições, pois existem outros povos que tem este mesmo traço característico. A identidade é, portanto, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica, relativa as outras identidades.

Assim, podemos dizer que existe sim uma relação direta entre a identidade e a pessoa, que pode ser identificada a partir de sua forma de agir ou mesmo a partir das coisas que usa, ou o modo de se vestir, falar e etc. Silva (2005), no entanto, destaca que isso só será percebido a partir do “outro”, estas características só serão visíveis a partir do momento que for comparada com outra identidade, assim em uma sociedade em que exista uma hegemonia branca, por exemplo, ser branco não será visto como marca identitária, a hegemonia da identidade “normal” será diretamente proporcional a sua invisibilidade. O oposto ocorrerá caso haja uma operação de diferenciação, de produção da diferença, neste caso o “anormal” será inteiramente constitutivo do “normal”.

Isso nos possibilita compreender que as identidades são uma construção simbólica e ao mesmo tempo social, por isso a luta para afirmar as diferentes identidades tem causas e consequências materiais, que podem ou não, ser visíveis e que, no entanto, é causa de conflitos entre os diversos grupos.

Para Silva (2005), classificar o mundo em dois pólos, os que pertencem à “normalidade” e os que não pertencem, pode ser entendido como uma estratégia de significação, por meio da qual dividimos e ordenamos o mundo social em classes distintas. Neste sentido, a identidade estaria diretamente ligada à forma como a sociedade produz e utiliza esta classificação, podendo inclusive, deter o privilégio de atribuir valores aos grupos assim classificados, considerando-os como cultos ou ignorantes, por exemplo.

Com relação a esta classificação, Silva (2005), afirma que as mais importantes são as que se estruturam em torno de oposições binárias, ou seja, duas posições polarizadas. Derrida (2005), ao analisar esse processo constatou que as oposições binárias não são uma simples

divisão do mundo em dois pólos, ao contrario, em uma oposição binária, um dos termos sempre será privilegiado, sendo considerado superior enquanto que o outro pólo será inferiorizado. Neste sentido é importante mencionar que as relações entre identidade e diferença estão todas organizadas em torno de posições binárias, por exemplo, homem/mulher, rico/pobre, culto/ignorante, e assim por diante.

Para Silva (2005), “questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam” (p. 83), para ele ao elegermos uma identidade como a “normal”, a “certa”, ou mesmo a “melhor”, estamos privilegiando ou hierarquizando esta em detrimento às outras. Para ele “a normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença” (p. 83). Normalizar aqui é entendido como eleger arbitrariamente uma cultura específica como parâmetro em relação à qual as demais serão avaliadas, ela será então “a” identidade e não “uma” identidade, ela receberá o status de “normal”, todas as demais serão então consideradas como “anormais”.

Devemos entender, contudo, que esta é uma operação de diferenciação e como tal o anormal é inteiramente constitutivo do normal. Desta forma, a identidade hegemônica se vê rodeada pela sombra de seu opositor, e sem ele ela não faria sentido, pois, a diferença é parte ativa da formação da identidade.

Woodward (2005) ao discutir este tema, reafirma:

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. [e que] Essa marcação ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença (p 39 – 40).

No referido sentido a autora faz uma distinção entre os grupos em um “sistema classificatório”, a partir do princípio da diferença, capaz de dividir os grupos sociais em pelo menos dois grupos opostos “nós/eles”. Dessa forma, as relações sociais seriam produzidas e reproduzidas por meio de rituais e símbolos, que poderiam ser classificados a partir dessa nomenclatura. Assim uma característica como o cabelo crespo do indivíduo negro seria definido e marcado como diferente em relação ao “outro” que não apresenta o cabelo crespo, ou seja, o cabelo crespo está em oposição ao cabelo liso.

Daí podermos afirmar que a diferença é o que separa uma identidade da outra, estabelecendo a oposição entre ambas. Ou seja, as identidades são construídas por meio da oposição existente entre as diversas culturas, isso porque cada cultura tem sua forma própria

de ver e classificar o mundo, isso em função de as identidades serem constituídas historicamente, não apenas os grupos sociais, mas as pessoas individualmente também se constituem em contextos históricos diferentes, o que faz com que cada indivíduo seja único. Daí podermos afirmar que a produção da identidade do “outro” sempre será vista em relação a uma dada identidade, pois uma identidade é sempre produzida a partir das relações com “outra”, isto é, relativamente ao que ela não é, ela não é a identidade do negro, logo deve ser a identidade do branco.

Desse modo, a diferença pode ser construída de forma negativa por meio da exclusão e da marginalização daqueles que são considerados “eles”, os “outros”, aqueles que não fazem parte do “nós”, por ter cultura diferente da que este grupo tem.

Por outro lado esta diferença pode ser aceita como positiva se recebida como fonte de diversidade e hibridismo cultural sendo vista como enriquecedora da diversidade, como fonte criadora.

CAPÍTULO IV

DIVERSIDADE E IDENTIDADE

Nos últimos anos muito tem se falado sobre a questão do multiculturalismo, esta temática tem sido alvo de muita polêmica não apenas no Brasil, mas também nos Estados Unidos e na Europa. No entanto, nos últimos anos tem sido cada vez mais freqüente nos meios de comunicação, a divulgação de matérias que tratam de manifestações públicas de discriminação racial em diversas partes do mundo em especial nos países mais desenvolvidos dentre ele podemos citar: Estados Unidos, Espanha e Inglaterra, estas manifestações apontam para o crescimento da intolerância racial no mundo. Isso é muito preocupante, pois pela primeira vez na história temos presenciando organizações de importância e projeção mundial como a ONU e a UNESCO, esforçando-se no sentido de promover a busca pela paz e pela igualdade entre as raças.

No Brasil, a questão multicultural apresenta características próprias, em função do processo de colonização por que passou, temos uma base multicultural muito forte, na qual as relações interétnicas tem sido uma constante.

Ao longo da história de formação de nosso país é comum encontrarmos relatos dolorosos e trágicos com relação aos grupos indígenas e afro-descendentes. A formação histórica de nossa sociedade está marcada pela eliminação do “outro” bem como por sua escravização é uma outra forma de negação.

Neste sentido, Candau (2002) afirma que “os processos de negação do ‘outro’ também se dão no plano das representações e no imaginário social” (p. 02). Desta forma, no que diz respeito ao negro, somos colocados diante de sujeitos históricos massacrados durante séculos, mas que, no entanto, conseguiram resistir e ainda nos dias de hoje continuamos afirmando nossas identidades, ainda que em uma relação não igualitária e de exclusão social.

É importante frisarmos que há uma dificuldade histórica em se lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial no país. De fato, por muito tempo se evitou o tema, período no qual se procurou divulgar a idéia de uma nação homogênea, em que a diferença não existe, ou em outras palavras procurou-se passar a idéia de uma nação unificada e detentora da “verdadeira democracia racial”.

Este mito de democracia racial foi, e em muitos casos continua sendo, um dos mais poderosos mecanismos de dominação ideológica, tanto que até hoje faz parte do imaginário

popular, e mesmo entre alguns professores que não conseguem perceber a existência do racismo na sociedade e na escola.

A disseminação deste mito possibilitou que se escondessem as desigualdades raciais que eram constatadas em práticas, ainda hoje comuns como a discriminação no acesso ao emprego, as dificuldades de mobilidade social da população negra, que no passado ocupou e ainda hoje ocupa os piores lugares na estrutura social, prova disso é a imensa superioridade na quantidade de negros nas favelas brasileiras, e que por isso mesmo, frequenta as piores escolas e ainda recebe remuneração inferior a do branco pelo mesmo trabalho ainda que tenha a mesma qualificação profissional.

É importante dizer que a ausência de conflitos étnicos, não significa que eles não existam, ao contrário esta ausência deve ser entendida como um silenciamento dos grupos “minoritários”.

Neste sentido, as políticas econômicas globalizantes adotadas pela maioria dos países do mundo, inclusive o Brasil, tem se mostrado extremamente excludentes; acontece que esta exclusão não afeta a todos igualmente, pelo contrário, apenas alguns grupos sociais e culturais. Os atingidos são justamente aqueles considerados “diferentes”, “minoritários” são os que apresentam características sociais e culturais diferentes ou mesmo aqueles que, por não terem conseguido se adaptar a esta sociedade marcada pela competitividade e pela lógica de mercado, são considerados “perdedores”, e por isso mesmo são excluídos, estes são os considerados “descartáveis” que a cada dia sofrem com a negação de seus direitos mais básicos.

Candau (2002) nos fala da existência de “tensões” que permeiam as discussões a este respeito. Estas tensões, segundo a autora, se “interpenetram” e são “fundamentais para as questões educativas”, trata-se das tensões existentes entre Globalização e Multiculturalismo, igualdade e diferença, universalismo e relativismo cultural. Neste sentido, ela nos informa que “globalização e multiculturalismo muitas vezes são apresentados como movimentos com lógicas contrapostas. A primeira reforçando a padronização e o segundo as particularidades culturais e as diferenças” (p. 03). Para ela estas relações se mostraram de uma complexidade muito grande e, portanto, não devem ser tratadas de forma “simplificada e reducionista”. Até porque as políticas globalizantes, contrariando as expectativas, causaram um certo revigoreamento e uma valorização das culturas regionais e a afirmação de identidades étnico-culturais latentes que, nessa nova “aldeia global”, encontram espaço para a defesa de seu direito à diferença e ao reconhecimento da alteridade.

Com relação à igualdade e diferença, a autora deixa claro que o problema não é afirmar um pólo e negar o outro, mas sim termos uma visão dialética da relação entre igualdade e diferença, pois para ela, não se pode falar em igualdade sem incluir as questões relativas à diferença, nem se pode abordar temas relativos às políticas de identidade dissociadas da afirmação da igualdade. Nesse sentido, Sousa Santos (2001), consegue sintetizar de forma oportuna esta tensão nas palavras da referida autora “as pessoas e os grupos sociais têm o direito de ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”, (p. 10). Mediante ao exposto, não podemos considerar igualdade e diferença como opostos, pois na realidade “a igualdade não está oposta à diferença, e sim à desigualdade, e diferença não se opõe à igualdade e sim à padronização, à produção em série, à uniformidade, a sempre o ‘mesmo’, à ‘mesmice’” (Candau, 2002 p. 04).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que negamos a padronização, lutamos contra toda sorte de desigualdade e discriminação, o que contribui com os direitos básicos de todos. Esse “todos”, não deve, portanto, ser entendido como igualdade ou “padronização”, pois, todos têm suas diferenças, as quais devem ser reconhecidas e entendidas como elementos de construção da igualdade.

Uma terceira tensão citada por Candau (2002) diz respeito ao universalismo e o relativismo cultural, neste sentido ela no informa que:

A escola como instituição está construída tendo como base a afirmação de conhecimentos e valores considerados universais, uma universalidade muitas vezes formal que, se aprofundarmos um pouco, termina por estar assentada na cultura ocidental e Européia, consideradas como portadoras da universalidade. (p. 04).

Julgamos este posicionamento da referida autora, é um tanto quanto contraditório uma vez que privilegia uma cultura em detrimento às demais, o que de forma alguma podemos conceber como universalismo.

CAPÍTULO V

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO ESPAÇO ESCOLAR

Vivemos em um país, em que as questões raciais e os preconceitos estão por todo lado e infelizmente as principais vítimas estão nos bairros pobres. Nestes bairros, estão principalmente as crianças negras e pobres, filhas de trabalhadores excluídos, frutos de uma sociedade injusta e desumana.

Assim, consideramos de suma importância trabalhos que abordem questões relacionadas à diversidade cultural, e que, de alguma forma, ofereçam suporte teórico, principalmente aos educadores envolvidos na realidade destas comunidades, pois sempre que abordamos esta temática percebemos que ela é dificultada pela falta de conhecimento, o que impede o diálogo, além de impossibilitar a aceitação do fato de que a escola ainda não está preparada para lidar com a diversidade, e de que o preconceito racial continua existindo na instituição escolar.

Com relação a isso, um fato em particular chamou-me a atenção quando fazia estágio em uma escola da rede pública estadual de ensino o que inspirou-me ao presente trabalho. Na ocasião, estive durante três dias observando as aulas em uma turma da 7ª série, e um fato ocorrido chamou-me a atenção para as questões do multiculturalismo. Em uma sala com vinte e seis alunos havia apenas uma aluna negra, e durante os três dias em que estive observando as aulas nesta sala, em momento algum, pude ver os demais alunos aproximarem-se ou mesmo manter um diálogo com ela. Incomodado com esta situação, dirigi-me à professora e questionei este fato, ela de forma natural, respondeu-me: “ela é assim mesmo, não fala com ninguém”, atribuindo a responsabilidade do isolamento à criança.

Este fato para mim foi um tanto traumático, pois sempre ouvi falar de preconceito racial na escola, mas jamais acreditei que o mesmo existisse. Acontece que depois de ter presenciado este fato senti-me instigado a buscar na memória este tipo de experiências, e para minha surpresa consegui encontrar inúmeros casos de preconceito racial contra meus colegas de sala e para minha vergonha inclusive alguns, dos quais eu mesmo protagonizara.

Com isso consegui entender que o professor está alheio a muito do que acontece na sala de aula, isso em função de seu olhar não estar treinado para perceber o preconceito, até porque, na maioria das vezes, ele não entende os processos envolvidos nas relações de construção da diversidade e da diferença.

Em conversas com outros professores desta mesma escola a respeito deste acontecimento, surpreendi-me mais uma vez, desta vez, com o fato de os professores considerarem isso corriqueiro na escola, e ainda mais, percebo que eles negam a existência de discriminação racial, chegando mesmo a afirmar que, se existe discriminação é o próprio negro quem faz.

Isso demonstra que estes professores não estão preparados para a educação na diversidade, eles ainda acreditam no mito da democracia racial, que a nosso ver é uma política de branqueamento gerada por ideologias e por estereótipos de inferioridade e/ou superioridade racial que tinha como objetivo propagar a idéia de que não existem diferenças raciais no país e que todos aqui vivem em perfeita harmonia, isto é, sem conflitos.

É importante frisar que a disseminação desse mito durante muito tempo permitiu esconder as desigualdades raciais existentes em nosso país e que eram e ainda são constatadas nas práticas discriminatórias de acesso ao emprego, nas dificuldades de mobilidade social da população negra, que ocupou e ocupa até hoje os piores lugares na estrutura social, que frequenta as piores escolas e que recebe remuneração inferior à do branco pelo mesmo trabalho e isso, apesar de ambos terem a mesma formação profissional.

Dessa forma, podemos constatar que a nossa escola está fundamentada em uma visão eurocêntrica, contrariando o pluralismo étnico e cultural da sociedade brasileira. E os professores responsáveis pela formação de milhares de jovens na sua imensa maioria são vítimas desta mesma educação preconceituosa, na qual foram formados. Estes educadores não receberam uma formação adequada para lidar com as questões da diversidade e com o preconceito na sala de aula e no espaço escolar. Para eles, diversidade é uma filosofia de vida, e, portanto, deve ser tolerada ou respeitada.

Silva (2005) ao abordar a questão do respeito à diversidade afirma que:

Se prestarmos atenção à teorização cultural contemporânea sobre identidade e diferença, não poderemos abordar o multiculturalismo em educação simplesmente como uma questão de tolerância e respeito para com a diversidade cultural [...] esses nobres sentimentos impedem que vejamos a identidade e a diferença como processos de produção social, como processos que envolvem relações de poder (p. 96).

Nesse sentido, é importante que se entenda que identidade e diferença, não são entidades preexistentes, ou seja, não são elementos passivos da cultura, mas tem que ser constantemente criados e recriados, pois, tem a ver com a atribuição de sentidos ao mundo social e com a disputa em torno dessa atribuição. Dessa forma, podemos afirmar que a diferença tem estreitas conexões com relações de poder.

Assim, uma das primeiras ações a serem adotadas no sentido de promover um diálogo e um melhor entendimento das questões relacionadas à cultura e à educação é a inserção de debates e discussões que privilegiem esta temática, em uma perspectiva antropológica, nos cursos de formação de professores.

Assim, é preciso que se tenha em mente que a questão da identidade e da diferença não é só um problema social, é também pedagógico. Silva (2005) afirma que este é um problema social, pedagógico e curricular. Social porque em um mundo heterogêneo, o encontro com o diferente é inevitável, pedagógico e curricular porque tanto as crianças como os jovens se vêem forçados a conviver em uma sociedade atravessada pela diferença, e a interagir com o outro no espaço escolar, e também porque, a questão do outro e da diferença não pode deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular. Para o autor “mesmo quando explicitamente ignorado e reprimido, a volta do outro, do diferente, é inevitável, explodindo em conflitos, confrontos, hostilidades e até mesmo violência” (Silva 2005 p. 97).

Esta perspectiva permite compreender que a cultura é mais que um conceito acadêmico, ela diz respeito às vivências concretas dos sujeitos, à variabilidade de conceber o mundo, bem como as particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo de sua história.

Por meio da cultura os indivíduos estipulam regras, dão valores e significados às coisas e ainda possibilitam a comunicação entre os membros do grupo, adaptando-se ao meio ou adaptando o meio a si mesmos, ou ainda, transformando este meio à sua realidade. Assim a cultura é como uma lente, através da qual o homem vê o mundo. A partir deste prisma, podemos afirmar que pessoas de diferentes culturas usam lentes culturais diferentes e por esse motivo não têm a mesma visão das coisas, cada um vê a realidade a partir de sua perspectiva.

Dentre os inúmeros processos culturais construídos pelos homens em suas relações com o meio e com seus semelhantes e diferentes estão as diversas formas por meio das quais esses sujeitos se educam e transmitem estes conhecimentos às gerações futuras, pois é a partir da educação que as culturas perpetuam os sistemas de representações acumulados durante gerações.

Daí a necessidade de uma pedagogia da diferença, Silva (2005), considera que uma abordagem da identidade e da diferença deva levar em conta as contribuições da teoria cultural recente, sobretudo aquelas de inspiração pós-estruturalista. Para ele, nesta abordagem o currículo deveria tratar a identidade e a diferença como questões de política e discutir a identidade e a diferença como produção, a fim de entender como a identidade e a diferença são produzidas e fixadas. O que ele propõe na verdade é a adoção de uma teoria que descreva

o processo de produção da identidade e da diferença, uma estratégia que admita o fato de a diversidade ser incapaz de questionar os mecanismos e as instituições que fixam as pessoas em determinadas identidades, que as separam por meio da diferença.

Para ele, antes de “tolerar, respeitar e admitir a diferença é preciso explicar como ela é ativamente produzida” (p. 100), pois a diversidade cultural não é vista por ele como uma produção biológica, ela não é um ponto de origem, ela é um ponto final de um processo conduzido por operações de diferenciação.

Assim, uma política pedagógica e curricular da identidade teria que ir além das declarações de boa vontade para com a diferença, não apenas reconhecer a diferença, mas questioná-la. Acreditamos que somente dessa forma os estudantes seriam estimulados a explorar as possibilidades de perturbação e subversão das identidades existentes.

Para Silva (2005), uma pedagogia da diferença, deveria ser capaz de abrir o campo das identidades para as estratégias que tendem a colocar sua estabilidade em xeque, estimular o impensado o rompimento de fronteiras, a exploração do ambíguo, favorecer toda ação que dificulte o retorno ao idêntico.

Em função disso, ao propormos a discussão das relações entre cultura e educação é bom que tenhamos em mente que a educação não se restringe aos muros da escola, ela é um processo muito mais amplo, que se concretiza em diversos espaços sociais dentre eles; família, trabalho, comunidade, grupos sociais, escola e inúmeros outros.

Consideramos que existem diferentes formas e diversos modelos de educação, e que a escola não é o lugar privilegiado onde ela acontece e nem o professor é o único responsável por esta prática. A compreensão destes fatos é de suma importância para se pensar os processos educativos, quer sejam escolares, quer não.

Para esta reflexão, consideramos a escola como uma instituição em que aprendemos e compartilhamos não apenas conteúdos e saberes, mas, também, valores morais e éticos, crenças religiosas, hábitos, bem como preconceitos, que podem ser raciais, sexuais ou ainda de idade.

Creemos que esta concepção do processo educativo escolar e suas relações com a cultura e a educação é que nos permite fazer a aproximação e tentar compreender melhor os caminhos que envolvem a construção da identidade negra e suas relações com o processo formativo dos professores. Ela nos permite ainda ter uma visão que nos possibilita compreender a presença da dimensão educativa em diferentes espaços sociais e não apenas na escola.

A partir deste pressuposto, comungamos da idéia de que seria interessante não pensar a identidade negra como única possível de ser construída pelos sujeitos que pertencem a um

grupo étnico-racial, porque dentre as múltiplas identidades que os negros podem construir a identidade negra é apenas uma delas.

A discussão a respeito da construção da identidade negra não pode prescindir da discussão sobre a identidade como processo mais amplo, mais complexo, esse processo possui dimensões pessoais e sociais que não podem ser separadas, isso em função de estarem interligadas e se construindo na vida social.

Neste sentido, Louros (1999) afirma que:

Como sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades raciais, mas também as identidades de gênero, sexuais, de nacionalidade, de classe, etc). Estas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que estes são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa delas supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência (In Candau p. 06).

Nesse processo, nada mais é simples ou estável, pois essas múltiplas identidades sociais podem ser também, provisoriamente atraentes, parecendo-nos depois, descartável, uma vez que elas podem ser então rejeitadas e abandonadas. Somos, desse modo, sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Por isso as identidades sociais têm caráter fragmentado, instável e plural”. Com esta afirmação concorda Silva (2005), ao afirmar que “A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. Tão pouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental.” (p. 97), assim, podemos afirmar, que os indivíduos transitam livremente por entre as múltiplas identidades de forma arbitrária, de acordo com a conveniência do momento, e isso, muitas vezes como estratégia a fim de alcançar seus objetivos”.

Assim como todos os outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, em um processo que engloba inúmeros fatores, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas dentro dos grupos sociais dentro do qual ele transita, nos quais os contatos se estabelecem permeados de sanções e afetividade e no qual se elaboram os conceitos que futuramente determinarão sua forma de ver o mundo.

Para nós, neste trabalho, a identidade negra será entendida como uma construção social, histórica e cultural, o que implica entre outras coisas a construção do olhar de um grupo étnico-social ou de sujeitos que pertencem ao mesmo grupo sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. O que nos leva a um impasse: construir uma identidade negra em um país onde o negro para ser aceito precisa negar-se a si mesmo, é um desafio quase

insuperável. Daí surge então algumas questões como, a escola está preparada para este desafio? A escola conseguiu incorporar essa realidade nas discussões a respeito de seu papel na formação dos alunos e sobre a importância da diversidade cultural?

Neste sentido, quando falamos em articular educação, cultura e identidade negra, falamos de processos densos, transitórios e plurais, construídos pelos sujeitos socialmente no decorrer da história, nas relações sociais e culturais.

Assim, quando pensamos na escola como um espaço específico de formação, inserida em um processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos e disciplinas escolares, a escola pode ser considerada um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. Dessa forma, o olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las ou mesmo negá-las.

É importante termos em mente, que a identidade negra em seu processo de formação não se dá apenas por oposição à identidade branca, mas também, pela negociação, pelo conflito, pelo diálogo e pelo entrecruzamento com esta. Lembrando que as diferenças implicam em processos de aproximação e distanciamento, pois as diferenças são imprescindíveis na construção da identidade.

A identidade negra sendo entendida como um processo contínuo de construção, que se utiliza de vários espaços nos quais circulam, possibilita nos, perceber que a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar deste sujeito e que neste percurso, ele depara-se com diferentes olhares sobre seu pertencimento racial, sobre a sua cultura, sua história, seu corpo e sua estética, e que muitas vezes estes olhares chocam-se com a sua própria visão e experiência da negritude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para esta reflexão foi necessário retomar a história da evolução e da inclusão dos temas transversais na educação brasileira, tendo em vista a necessidade de compreender a luta de um povo dominado por uma cultura que não é a sua.

Neste sentido, observamos que as propostas apresentadas tanto na LDB quanto nos PCN, não fornecem um currículo que contribua com a formação de uma identidade racial, pois estas questões ainda são vistas de forma superficial, uma vez que não aborda a história de luta de uma raça.

Através do diálogo com professores percebemos, que eles ainda acreditam que todos são iguais, mas ao vivenciarem esta questão encontram muitos impedimentos. Falar em relações raciais implica em uma nova postura profissional, na qual os educadores sejam entendidos e se entendam como sujeitos histórico-sociais capazes de intervir nos processos constituintes da dinâmica social.

Acreditamos que enquanto existirem crianças com vergonha de sua identidade esse diálogo será necessário, como resistência à opressão, o que reafirmará que a diferença serve como construção da valorização do indivíduo.

Neste sentido, podemos afirmar que a construção da identidade negra é de responsabilidade da escola, mas também do Estado, uma vez que é necessário romper urgentemente com esta postura excludente a fim de humanizar as questões raciais.

Observamos ainda que praticamente todos os autores que se dedicam ao estudo das identidades acabam por abordar a questão do negro chamando a atenção para as imagens de representação negativas que se formam em nossa sociedade, em que o negro é desvalorizado, tanto do ponto de vista físico quanto moral e cultural. A cor negra e os traços negróides são vistos como antiestéticos, sua cultura é vista como primitiva, com isso, há uma depreciação de sua inteligência e de sua capacidade intelectual e, em outros momentos, é colocada em dúvida sua probidade moral e ética.

Por outro lado, às atividades da escola contra o racismo mostram-se bastante frágeis. Entre as atividades da escola, não se percebe qualquer discussão referente às relações raciais, justamente o oposto do que acontece com questões como violência, sexo, drogas, etc. Dessa forma, entendemos que o preconceito racial ocorre na escola de pelo menos duas formas distintas, a primeira seria aquela espontânea, que se dá de modo ocasional, através de atividades não planejadas e da convivência natural dos alunos. A segunda seria a que se dá

pela não inclusão do tema das relações raciais nas atividades intencionais, ou seja, no planejamento de ensino.

A nosso ver, enquanto a escola não enfrentar esta discussão, a instituição contribuirá para a reprodução das estruturas discriminatórias da realidade social. Se a escola é hoje um espaço de reprodução das relações sociais, ela pode um dia vir a ser um espaço de transformação social. Para tanto basta que ela se atribua a responsabilidade de pensar criticamente a sociedade, de forma a estabelecer uma mediação entre os homens e o mundo na perspectiva da não conformidade, da construção de mecanismos de acesso e permanência, mas com apropriação de saberes que devam permitir o diálogo crítico com o senso comum, uma vez que a escola é o espaço de mediação com a realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Constituição de (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 de dezembro 1996. p. 27894.

BRASIL, Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e da outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 de janeiro de 2003.

BRASIL, Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF No. 03, de 2004 (Relatora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva).

BRASIL, Resolução No. 01, de 17 de junho de 2004, do CNE/MEC, que "Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana".

CANDAU, Vera Maria Ferrão. *Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): Uma aproximação*. Campinas 2002. ([http://www. Scielo.br/pdef/es/v23n79/10852.pdf](http://www.Scielo.br/pdef/es/v23n79/10852.pdf)).

Educação e diferenciação cultural: índios e negros. Caderno Cedes, Campinas, nº 2, 1996.
RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia de Letras, 1995.

GOMES, Nilda Lino. *Educação, identidade negra e formação do professores: Um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo*. São Paulo 2003. ([http://www. Scielo.br/php?script=sci_artext&pdf](http://www.Scielo.br/php?script=sci_artext&pdf))

HALL, Stuart, *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopez Louro. 7ª Ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

LOURO, G. L. (org) *O corpo educado: Pedagogia da sexualidade*. Belo Horizonte: autêntica, 1999. In GOMES, Nilda Lino. *Educação, identidade negra e formação do professores: Um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo*. São Paulo 2003. ([http://www. Scielo.br/php?script=sci_artext&pdf](http://www.Scielo.br/php?script=sci_artext&pdf))

LÜCK, Heloisa. *Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: vozes, 1995.

PARÂMETROS, Curriculares Nacionais. Brasília: Ministério de Educação e do desporto, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. *As tensões da modernidade*. Fórum Social Mundial, Biblioteca das alternativas, 2001. (<http://www.forumsocialmundial.org.Br>).

SANTOS, J. R. *A questão do negro na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. /Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward – Petrópolis, RJ. 4º Ed. Vozes 2005.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. /Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward – Petrópolis, RJ. 4º Ed. Vozes 2005.